



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação n° 5/2026

Processo Número: **1193/2026** | Data do Protocolo: 03/02/2026 14:44:05



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3200350033003400300036003A004300, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, bem como do artigo 31, inciso XIV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, **requer-se** ao Excelentíssimo Senhor **Secretário de Estado da Saúde**, por intermédio da Mesa, que sejam prestadas de forma detalhada, clara e documentada, as seguintes informações:

1. **Relação completa** de todos os contratos vigentes e encerrados, firmados nos últimos 10 (dez) anos, entre a Secretaria de Estado da Saúde e a OSS **SECONCI**, especificando: a) objeto do contrato; b) valor global e valores anuais; c) vigência; d) unidades de saúde sob gestão; e) metas assistenciais pactuadas.
2. Quais os **critérios técnicos, jurídicos e administrativos** que fundamentaram a escolha do SECONCI para a gestão de AMEs e hospitais anteriormente administrados pela UNICAMP e pela USP.
3. Informar se houve **estudos comparativos de desempenho, qualidade assistencial e custos** entre a gestão universitária pública e a gestão por OSS antes da transferência das unidades, encaminhando cópia integral desses estudos, se existentes.
4. Detalhar os **indicadores de qualidade, produtividade, satisfação dos usuários e desfechos clínicos** das unidades de saúde antes e após a mudança de gestão.
5. Informar se houve **auditorias, fiscalizações, relatórios do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP), do Ministério Público ou da Controladoria Geral do Estado** envolvendo contratos da Secretaria da Saúde com o SECONCI, encaminhando cópia integral dos documentos.
6. Esclarecer se foram identificadas **irregularidades, impropriedades, glosas, multas ou rescisões contratuais** relacionadas ao SECONCI e, em caso afirmativo, detalhar as providências adotadas.
7. Informar os **critérios utilizados para a retirada da gestão universitária pública** das unidades mencionadas, bem como os impactos dessa decisão sobre: a) o ensino e a pesquisa em saúde; b) a formação de profissionais; c) o atendimento à população.
8. Esclarecer se houve **participação ou manifestação formal das universidades públicas** (UNICAMP e USP) no processo de decisão que resultou na retirada da gestão das unidades.
9. Informar se existe **planejamento ou intenção futura** de retirada de outras unidades públicas ou universitárias da gestão direta, indicando quais.
10. Encaminhar cópia integral dos **contratos, termos aditivos, planos operativos, relatórios de avaliação e prestações de contas** referentes às unidades atualmente geridas pelo SECONCI.

JUSTIFICATIVA

O presente Requerimento de Informação tem como finalidade garantir a **transparência da gestão pública, o controle social, a fiscalização dos atos do Poder Executivo** e a defesa do **direito constitucional à saúde**, assegurando que recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, ética e em benefício direto da população.

Sob graves denúncias relativas ao processo de retirada da gestão universitária pública, especialmente da UNICAMP e da USP, de importantes serviços de saúde no Estado de São Paulo, incluindo Ambulatórios





Médicos de Especialidades (AMEs) e hospitais regionais, com posterior transferência da gestão para Organizações Sociais de Saúde (OSS), em especial a entidade denominada SECONCI – Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo.

Historicamente, unidades como o AME Limeira, AME Rio Claro, AME Piracicaba, AME São João da Boa Vista, AME Mogi Guaçu, o Hospital Estadual de Sumaré e o Hospital Regional de Piracicaba foram reconhecidas pela excelência no atendimento à população, com forte integração ao ensino, à pesquisa e à formação de profissionais de saúde, sob gestão universitária pública.

Entretanto, durante a atual gestão estadual, observa-se a progressiva retirada dessas instituições públicas da administração direta e universitária, com transferência para OSS, notadamente o SECONCI, entidade originalmente vinculada ao setor da construção civil, o que levanta questionamentos quanto à sua vocação, capacidade técnica e finalidade na gestão de serviços públicos de saúde.

Há, ainda, ampla divulgação na imprensa e em relatórios de órgãos de controle sobre suspeitas de irregularidades, impropriedades administrativas, contratos bilionários, pagamentos por serviços não executados e possíveis conflitos de interesse, envolvendo contratos firmados entre o Governo do Estado e OSS da saúde, incluindo o SECONCI.

Tais fatos geram profunda preocupação quanto à transparência, legalidade, eficiência, economicidade e impacto direto na qualidade do atendimento prestado à população paulista.

Ana Perugini



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200370035003700380037003A005000

Assinado eletronicamente por **Ana Perugini** em 03/02/2026 09:27

Checksum: **30B1B22553001B684F2C0BF0F0F4C16AED817711D378E86AA3B1CF4A9A58E071**

